MONTEMOR-O-NOVO E O NASCIMENTO DE JOÃO CIDADE

Jorge Fonseca*

Fecha de recepción: 21.05.2007
Fecha de aceptación: 30.07.2007

Resumen

*La misteriosa salida del niño **João** de su tierra natal siempre ha sido un tanto "misteriosa". El autor trata de darle una explicación aceptable partiendo de la hipótesis de que se pudiera tratar de un hijo judío, arrebatado para salvarle de eventuales persecuciones antijudías. No existen bases documentales, por lo que se apoya en lo que era frecuente en aquel momento político y según la realidad socioeconómica de Montemor en los siglos XV y XVI. Después presenta un análisis del origen de Montemor y sus avatares de conquistas así como su expansión fuera de los muros protectores. La ciudad era paso del comercio regional recibiendo a todo género de viajantes. La tradición sitúa el nacimiento de Juan en la rua Verde. La comunidad judía tiene referencias desde el siglo XIV y tiene influencias en la agricultura de la ciudad y su expansión fuera de los muros. Se preparaba el camino a la expulsión de los judíos en 1496, o dispersión de los hijos menores de 14 años; en España se hizo en 1492. El autor señala que en 1503-1504 ya realizada la expulsión, hay referencias documentales que cita. También señala que en Oropesa había una numerosa comunidad judía que podría haber servido de ida y vuelta a la familia de Juan. El apellido **Cidade** no aparece en el origen de Montemor sino que parece venido de fuera. También trae al recuerdo las investigaciones y variaciones sobre la fecha del nacimiento de Juan. No parece aceptar la posibilidad del rapto de Juan, pues había colaboración de la justicia entre España y Portugal. Y añade una nota final sobre la realidad de que en Montemor ya existía el nombre de **João de Deus** desde antes de 1396. Y aporta asimismo una nueva interpretación de la firma de **João** (**Yº**)muy frecuente en Portugal añadiendo una cruz.*

Palabras clave: Nacimiento de Juan de Dios; Montemor-o-Novo; expulsión de los judíos.

* JORGE FONSECA. Historiador. Coordinador de la revista *Almansor.* Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (Évora) Portugal. Jmrfonseca2000@yahoo.com.br

Abstract

*The going out of the child **João** from the land of his birth has always remain mysterious. The author tries to give an acceptable explanation parting from the hypothesis that he could be a Jewish boy, in a hasty way just to save him from anti-Jewish persecution. No documents support this theory only the knowledge we have during those political environment, and socio-economic reality of Montemor in XV and XVI centuries. Afterwards it presented the analysis on the origin of Montemor, its conquest, as well as its expansion out from its walls. The city was a crossing point where it receive regional business men as well as all merchants. The tradition birth place of John at the "rua Verde" (The Green Street). The data of Jewish Community going back from the XIV century has influence on the agriculture of the town and its expansion outside the walls. We are approaching the time that led to the expulsion of the Jews in 1496 and the dispersion of children under 14 years of age. This happened in Spain in 1492. The author had already pointed out this expulsion in 1503-1504 in a documental reference, and also announced that in Oropesa there were a lot of Jewish community that had served as a support for the departure and returning of John's family. The surname **Cidade** seems that it did not appear as original Montemor but is thought that it came from outside. It also make us remember of the investigation and varieties over the date of the birth of John. We have to be sceptical about the kipnaking of John because there was an agreement of law and justice between Spain and Portugal. As last note the author affirmed that exsisted documentation before 1396 where appear the name **João de Deus** (John of God). Also in light for the possibility of reinterprate the signiture of **João** (Yº) very frequent in Portugal with the cross added to it.*

Key words: The birth of John of God**;** Montemor-o-Novo;The expulsion of the Jews.

Um dos aspectos mais focados pela historiografia de S. João de Deus tem sido o da sua misteriosa saída da terra natal, a vila portuguesa de Montemor-o-Novo, aos oito anos de idade, em direcção a Oropesa, pela mão de um frade desconhecido e perante a impotência dos pais inconsoláveis. Como um facto tão insólito necessita de uma explicação plausível, pois não era certamente vulgar que um rapaz saísse de casa em tão juvenil idade e dada a conjuntura anti-judaica desses anos, alguns biógrafos do santo têm, ao longo dos tempos, levantado a hipótese de se tratar de um filho de judeus arrebatado à família para se pôr a salvo de eventuais perseguições. Por mim, parece-me essa hipótese não só a mais romanesca como a mais provável, embora

certamente de muito difícil ou mesmo impossível confirmação, por falta de bases documentais. Perante a inexistência de fontes comprovativas podemos, pelo menos, mostrar que tais factos poderiam ter ocorrido, atendendo ao momento político que o país vivia e à realidade socioeconómica de Montemor-o-Novo na transição do século XV para o XVI.

A vila natal de João Cidade teve origem na época de domínio islâmico, de acordo com as mais recentes descobertas da arqueologia[1]. Formou-se no cimo do *Monte Mor* ou *Monte Maior*, vasta colina de formado oblongo e rodeada por um curso de água, que lhe assegurava boas condições de defesa em épocas de conflito entre a Cristandade e o Islão. Depois da conquista portuguesa nela se albergou numerosa população, à sombra do circuito muralhado que veio reforçar as naturais aptidões do terreno para a proteger de investidas inimigas. Teve o seu primeiro Foral em 1203, atribuído por D. Sancho I, embora as notícias mais antigas da sua existência dentro do reino de Portugal datem de 1181[2].

Nos últimos séculos medievais a povoação intra-muros, não conseguindo já conter a totalidade dos habitantes, tinha extravasado para o vale a norte, formando-se um *arrabalde* cada vez maior e com maior peso económico. As condições de paz que prevaleceram após a *Reconquista* convidavam os moradores a procurarem um local mais amplo e cómodo para erguerem as suas habitações, que poderiam ser de maiores dimensões, com quintais também maiores e dispondo de fontes naturais de abastecimento de água. O novo local também permitia um melhor acesso dos habitantes às pequenas e médias propriedades agrícolas dos arredores, assim como aos numerosos viandantes que atravessavam a vila. Devido à sua excelente localização geográfica, entre Lisboa, Setúbal e outras terras do litoral, por um lado e Évora e a fronteira com Castela, por outro, no cruzamento de importantes vias de comunicação, Montemor era ponto de passagem de almocreves e de todo o género de viajantes que se dedicavam ao comércio regional, inter-regional e internacional. Isso favoreceu o desenvolvimento de actividades de apoio a esse fluxo humano, como estalagens, oficinas de ferrador e de ferreiro, assim como a produção de artigos a que esse comércio dava escoamento, como os tecidos, curtumes, cestaria, olaria e muitos outros. Do mesmo modo estimulou a fixação de profissionais

[1] MANUELA PEREIRA, " Intervenção arqueológica no castelo de Montemor-o-Novo", *Almansor*, nº. 3, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2004, p. 219-222; Manuela Pereira e outros, " Silos do castelo de Montemor. O espólio cerâmico", *Almansor*, nº. 4, 2005, p. 131.

[2] JORGE FONSECA, " Introdução" a *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2003, p. 7.

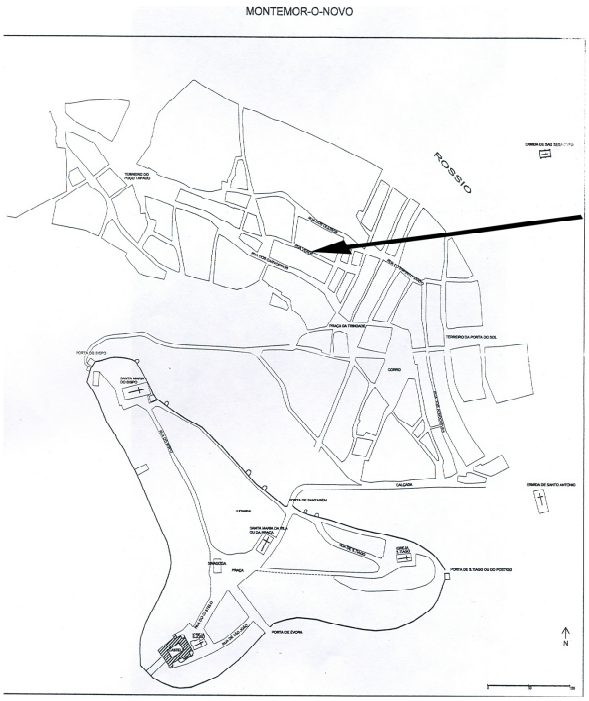
de transportes, como os almocreves, de que a vila possuía dezenas, dando origem a uma *rua dos Almocreves*, os quais se dedicavam quer ao abastecimento de peixe à população, a partir do litoral, quer à venda para Lisboa e outras terras dos cereais, azeite, couros e mel produzidos nos arredores da própria vila[3].

Esse desenvolvimento fez da vila uma das principais povoações do sul do país, quer em número de habitantes quer em importância económica. Isso levou ao seu reconhecimento como *Vila notável*, por decisão de D. Sebastião de 1563. Além disso, era ponto de passagem e residência temporária da corte régia, sempre que os soberanos portugueses se deslocavam de Santarém ou de Lisboa para Évora e vice-versa – ou nela permaneciam algumas semanas para caçar, residindo no paço intra-muros - situando-se no triângulo político formado por aquelas três terras, em que se decidiu a vida do país nos fins da Idade Média e nos começos da Época Moderna[4].

No tempo em que João Cidade veio ao mundo Montemor era constituída por duas áreas distintas, embora articuladas entre si: a *vila intra-muros*, sede administrativa, religiosa e militar, onde estava o *castelo*, ou *paço dos alcaides-mores*, a *câmara*, a *cadeia* e as quatro igrejas paroquiais – Santa Maria do Bispo, Santa Maria da Vila ou dos Açougues, S. João e São Tiago – e o *arrabalde* comercial e artesanal. A primeira já há mais de um século estava em processo de abandono pela população, mais atraída pela área extra-muros. Para deter essa tendência os reis cumularam de privilégios os que aí residissem, como fez D. Fernando em 1367. Por considerar seu serviço *"a cerca ser milhor povorada"*, dispensou os respectivos moradores dos indesejados encargos impostos pelo município - como os de acompanhar presos e dinheiro de umas terras para as outras ou os de serem tutores e jurados – assim como de darem alojamento, roupa e galinhas a pessoas poderosas de passagem pela vila. Também lhes reservou os cargos honrosos da câmara e a prioridade na obtenção de serviçais. Os mercados de trabalho e as feiras deviam voltar a fazer-se dentro da cerca, como antes. Estes privilégios foram depois confirmados por D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I[5].

[3] JORGE FONSECA, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1998, p. 41-47.
[4] JORGE FONSECA, " O foral manuelino", *Montemor-o-Novo quinhentista e o foral manuelino*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2003, p. 111.
[5] TORRE DO TOMBO, Leitura Nova, Liv. 1 de Guadiana, f. 161.

Archivo Hospitalario 2007 (5): 221-234
ISSN: 1697-5413



Tais esforços, porém, não impediram que continuasse o desenvolvimento do arrabalde em detrimento da cerca. No fim do século XV e inícios do XVI o mesmo tinha já atingido, *grosso modo*, a área que iria ocupar até ao século XIX, ou seja, o espaço entre a rua Nova – construída no século XVI para permitir a circulação por fora do aglomerado urbano já edificado – e o Rossio, por um lado e a encosta da vila intra-muros, por outro. Nessa parte da povoação destacava-se um conjunto de vias que, já no século XIV, obedeciam a um plano geométrico, assim como algumas ruas fundamentais para a circulação de moradores e viandantes – como a rua *dos Carvoeiros* e a *da Calçada* – alguns terreiros em que se realizavam mercados e corridas de touros – *Rossio*, *Praça Nova*, terreiros *das Alcaçarias*, *do Corro*, *da Porta do Sol* e *do Poço Tapado* – e ruas de concentração profissional – *dos Almocreves*, *dos Caldeireiros*, *dos Cavalos*, *das Ferrarias*, *das Fornalhas*

e *dos Oleiros*[6]. Nela se tinham igualmente implantado três hospitais: o *do Espírito Santo*, a *albergaria de Santo André* e a leprosaria de *S. Lázaro*. Pelos anos em que João Cidade aí viveu foi instituída a Misericórdia - concretização local de um movimento desencadeado em todo o país por D. Leonor, rainha viúva, irmã do rei D. Manuel, a que este deu um apoio decisivo – cujas instalações foram construídas na rua dos Carvoeiros, paredes meias com a sua casa familiar.

Rua Verde

A *rua Verde*, em que a tradição situa o nascimento do santo, era das mais estreitas do arrabalde, formada por casas de um único piso[7], embora bastante mais extensa do que é actualmente, por ter sido cortada, no século XVII, para a construção do convento da Ordem Hospitaleira. Corria paralela à rua dos Carvoeiros, no troço superior desta. Era sombria, o que fazia com que na época chuvosa e tal como hoje ficasse coberta de ervas no pavimento e de musgo nas paredes das habitações, o que lhe dava o aspecto de que certamente derivou o seu nome.

[6] JORGE FONSECA, " Toponímia e urbanismo de Montemor-o-Novo", *Almansor*, nº. 14, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2000, p.17-74.
[7] JORGE FONSECA, *Os hospitais de Montemor-o-Novo entre os séculos XIII e XVI*, Montemor-o-Novo, Santa Casa da Misericórdia, 2004, p. 117-119.

Archivo Hospitalario 2007 (5): 221-234
ISSN: 1697-5413

Em 1503 as autoridades locais organizaram quadrilhas para se encarregarem do policiamento da vila, acorrendo "*aos arruídos e voltas*" que se fizessem e prendendo os malfeitores, ficando seis para a cerca e onze para o arrabalde – o que mostra que este último já superava a vila intra-muros, em população e em área - com dois quadrilheiros cada uma. Entre os nomeados havia 6 barbeiros, 3 carpinteiros, 1 ferrador, 1 ferreiro, 2 oleiros, 1 sapateiro, 2 tecelões e 1 vendeiro. Para a rua Verde foram escolhidos João Jorge e o oleiro Diogo Pires[8].

É altura de mencionar, pela importância que pode ter assumido na vida de João de Deus, a comunidade judaica de Montemor, cujas referências mais remotas são do século XIV. Já no reinado de D. Fernando se cobrava "*o serviço real dos judeus*" da vila, prestação a que os hebreus eram coagidos como contrapartida da protecção régia e em 1382 o montemorense Judas Alcaide arrematou a cobrança das sisas gerais de Évora[9]. Em 1400 o clérigo Estêvão Eanes emprazou um terreno com vinha e olival no lugar do Sesmo, termo da vila, a Judas Alcanzil e a sua mulher, contra o foro de 30 libras por ano[10] e vários documentos dessa centúria mencionam topónimos como o *Lagar dos Judeus*, referido pela primeira vez em 1331 e o *Adro dos Judeus*[11].

São, no entanto, do século seguinte as referências mais numerosas a hebreus, com menção da judiaria e das actividades a que se dedicavam, assim como das tensões por eles despertadas junto da comunidade cristã maioritária. Maria José Ferro Tavares incluiu no seu estudo exaustivo dos judeus portugueses 45 referências a diferentes judeus de Montemor-o-Novo, homens e mulheres, entre os quais se destacavam os apelidos de Azecrim, Gabay, Pinto e Xavi e as profissões de alfaiate, algibebe (vendedor de roupas baratas), ferreiro, mercador e tecelão[12]. A esses se podem juntar Samuel Zaguazay e sua mulher Cete, que em 1492 venderam uma vinha a D. Mécia de Moura, mais Samuel de Leiria, que testemunhou o acto, os quais identificámos em 1994[13]. Vieram confirmar a intervenção dos judeus montemorenses na

[8] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, A 1 B 3 – Vereações de 1503-1504, f. 21.
[9] ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE, *Judeus em Montemor-o-Novo*, Lisboa / Montemor-o-Novo, Academia Portuguesa da História / Grupo dos Amigos de Montemor, 1977, p. 10.
[10] MANUEL BRANCO, Subsídios documentais para a história de Montemor (Século XIV), *Almansor*, nº. 5 (2ª. Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2006, p. 265.
[11] *Idem*, p. 174, 189, 225 e 244. Em 1531 será também referido o *Penedo do Judeu* nos arredores da vila (JORGE FONSECA, *Os hospitais …*, p. 86.
[12] MARIA JOSÉ PIMENTA FERRO TAVARES, *Os judeus em Portugal no século XV*, v. II, Lisboa, INIC, 1984, p. 272-275.
[13] JORGE FONSECA, " O mosteiro de Nossa Senhora da Saudação de Montemor-o-Novo. Fundação e patrocínio régio", *A Cidade de Évora*, nº. 1 (2ª. Série), Évora, Câmara Municipal, 1994-1995, p. 400.

actividade agrícola. Mas um conjunto numeroso de documentos quatrocentistas recentemente revelado pelo historiador Manuel Branco inclui mais onze nomes de judeus - um deles, Fabibe Franco, ferreiro - residentes na vila e seu termo, relacionados com aforamento de vinhas e de casas na judiaria[14].

A sua participação em ofícios artesanais e no comércio de rua ressalta das próprias deliberações camarárias, que conhecemos pelas respectivas actas. Em 1443 o ferreiro Gonçalo Lopes, certamente cristão, foi proibido de comprar carvão ao "*carretador dos judeus ferreiros*" e os ferreiros judeus ficaram também impedidos de comprar esse combustível ao acarretador daquele[15]. Isto parece indicar que o ofício de ferreiro era exercido por vários judeus e por um único cristão. No mesmo ano, as "*tendeiras, merceiras e espicieiras*" foram proibidas de vender fora da judiaria, até que a população saísse " *das missas da terça*", podendo-o fazer daí em diante onde quisessem[16]. Era certamente uma medida destinada a evitar a perturbação dos ofícios religiosos pelos pregões das vendedeiras, obviamente judias.

Esta determinação remete-nos para a localização do bairro hebraico e da sinagoga. Vários documentos quatrocentistas, referentes à propriedade de habitações de judeus, indicam que era dentro de muros, numa zona bastante central, à direita da entrada principal, a Porta de Santarém ou da Vila, entre o muro e a rua do Bispo. Um deles identifica esta porta com a da judiaria (" *à porta da Judaria que se chama a porta de Santarém*"[17]). Por outro lado, a transformação, em 1504, da antiga " *sinoga*" em prisão, decidida pelo município, indica – devido ao facto de se conhecer a localização da cadeia - que ela se situava junto a essa zona, voltada para a Praça central e muito perto da igreja de Santa Maria da Vila[18]. Por aí passava um dos principais eixos viários da povoação intra-muros, a rua que ligava a Porta de Santarém à Praça.

Isso condiz com as queixas dos moradores, apresentadas em cortes a D. Afonso V, contra o aumento do número de judeus e a expansão da judiaria para fora da sua primitiva área: " *Vossa Senhoria saberá como d'antigamente na milhor parte desta vila foi ordenada Judaria, a qual*

[14] MANUEL BRANCO, " Subsídios documentais para a história de Montemor-o-Novo (Século XV)", a publicar em *Almansor*, nº.6, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2007 - 24.1.1407, 14.3.1407, 3.1.1460, 29.12.1488 e 19.7.1490.
[15] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, A 1 B 1, f. 14.
[16] *Idem*, f. 6 v.
[17] TORRE DO TOMBO, Leitura Nova, Liv. 3 de Guadiana, f. 168v. – 7.6.1455.
[18] AHMMN, A 1 B 3, f. 33.

ISSN: 1697-5413

os judeus leixaram [deixaram] *e leixam cada dia destruir e derribar e dissimuladamente se vão a Vossa Senhoria para viverem na Cristandade, dizendo-vos que o fazem por nom caberem nas ditas judarias, o que (…) se torna em desserviço de Deus (…) porque têm já uma das melhores ruas da vila ocupada, em que se faz pouco serviço de Deus pela grande conversação que assi hão com os ditos cristãos*". Pediam ao rei que não desse mais autorizações a judeus para viverem fora do seu bairro, por o mesmo ser " *tão grande*". O soberano pediu que lhe mostrassem as autorizações que tinha dado, para decidir sobre o assunto[19].

Esta representação ao rei reflectia várias coisas : - que a comuna judaica estava em plena expansão, extravasando da judiaria; - que os cristãos viam isso com muito maus olhos, em parte por motivos religiosos, mas sobretudo pela concorrência que os judeus lhes faziam no comércio e nas profissões artesanais; - que o rei os protegia, entre outros motivos devido aos impostos que lhe proporcionavam; - que se preparava o ambiente para a futura ordem de expulsão dos judeus, dada por D. Manuel I em Dezembro de 1496.

Em 1503-1504, já concretizada a expulsão de parte deles e a cristianização forçada de muitos outros, surgem referências documentais a *cristãos-novos*: Fernão Gomes, Fernão Martins e Martim Rodrigues (certamente nomes cristãos de antigos judeus da vila) compraram e aforaram casas no arrabalde[20]. Deve ter-se tratado da saída para fora dos muros de ex-judeus, desejosos de deixarem a antiga judiaria e tudo o que a mesma implicava de segregação e preconceitos. Mas isso não impediria que, poucas décadas depois, os descendentes destes e doutros viessem a ser o alvo preferido do zelo da Inquisição de Évora. Montemor-o-Novo viria a ser uma das localidades mais fortemente atingidas pelas perseguições desse tribunal[21].

A hipótese da origem judia de João Cidade para explicar a sua saída precipitada da terra de origem nasceu, como já foi dito, das condições aparentemente misteriosas em que a mesma ocorreu, mas foi reforçada por afirmações do Padre António Vieira, a propósito da canonização do santo, no seu *Memorial a favor da gente de nação hebreia*[22]. Essa opinião foi seguida por Júlio Caro Baroja, José Maria Javierre e, mais

[19] TORRE DO TOMBO, Leitura Nova, Liv. 5 de Guadiana, f. 123 – 20.8.1466.
[20] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, A 1 B 3, f. 31, 35 v. e 38.
[21] ANTÓNIO BORGES COELHO, *Inquisição de Évora*, Lisboa, Caminho, 1987 (2 volumes).
[22] AIRES GAMEIRO, O.H., *Tempo e originalidade assistencial de S. João de Deus*, Lisboa, Hospitalidade/ Rei dos Livros, 1997, p. 394 JOSÉ SÁNCHEZ MARTÍNEZ, O.H., *Kénôsis-Diakonìa en el itinerario espiritual de San Juan de Dios*, Madrid, Fundacion Juan Ciudad, 1995, p. 72-77.

recentemente, entre outros, pelo português Aires Gameiro. Alguns desses autores propuseram soluções ricas de audácia interpretativa, vendo na ida de João para Oropesa um regresso à terra de origem dos seus familiares maternos - vindos para Portugal no tempo da expulsão dos hebreus pelos Reis Católicos (1492) – para se pôr a salvo da perseguição que vitimou essa comunidade em Portugal cinco anos depois[23]. O último dos historiadores referidos incluiu na sua exposição uma passagem célebre da *Crónica de D. Manuel,* de Damião de Góis, em que o cronista descreveu a atmosfera de verdadeiro terror desencadeada entre os judeus pela decisão régia de os expulsar do país ou de os converter à força e sobretudo, em relação aos que ficassem, de lhes tirar os filhos menores de 14 anos para os distribuir por outras terras, com o fim de serem instruídos e educados por famílias cristãs velhas. Tal decisão, segundo Damião de Góis, foi mandada executar com urgência, para evitar que os judeus *"mandassem escondidamente os filhos fora d*(o reino)", o que provocou actos desesperados de muitos pais, que preferiram lançar os filhos a poços e rios a verem-se deles separados, assim como a piedade de numerosos cristãos, que os esconderam em suas casas [24].

É evidente que estas ocorrências explicariam completamente o afastamento precipitado do pequeno João Cidade da família e da vila de nascimento e a ida para Oropesa - onde tinha vivido numerosa comunidade de judeus - poderia ser o destino encontrado pela família como alternativa ao seu afastamento compulsivo e à forçada conversão. Temos que entender essa decisão no contexto complexo e dramático em que teria ocorrido, de pessoas criadas no culto hebraico, que não aceitariam facilmente a brusca mudança de religião. Nessas condições, o misterioso frade que levou a criança para Castela –eventualmente um falso frade mendicante, como havia tantos na época- teria sido apenas o instrumento desse desígnio.

Outro aspecto a favorecer a hipótese judaica é o facto de não se conhecerem antepassados do santo em Montemor com o apelido Cidade. Nas muitas centenas de documentos dos séculos XIV e XV provenientes da vila e do território concelhio, até hoje estudados, não aparece um único indivíduo com esse apelido entre os mais de mil nomes neles referidos: intervenientes em actos jurídicos, testemunhas de escrituras ou pessoas mencionadas, a diversos títulos, na documentação municipal ou régia. Isso acontece, porém, a partir do

[23] *Idem*, p. 399-410.
[24] *Idem*, p. 404-405; JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA, *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento (1469-1521)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

século XVI[25]. Parece, por isso, que se tratava de família vinda de fora. Uma hipótese era tratar-se de judeus aqui recentemente radicados. Judeus da terra convertidos e com novo apelido, não me parece tão provável, pois seriam conhecidos como tal e teria sido mais difícil afirmar a sua condição de cristãos-velhos, como veio a suceder no processo de beatificação[26]. Mas podiam ser também, naturalmente, cristãos vindos para Montemor.

A hipótese, porém, depara com uma dificuldade, o ano vulgarmente atribuído à saída do jovem. Em 1503 já os acontecimentos que poderiam ter levado à sua saída forçada pertenciam ao passado, embora recente. Esse foi o ano em que, como dissemos, a antiga sinagoga foi transformada em cadeia e vários cristãos-novos compraram ou aforaram casas no arrabalde. O ambiente estava certamente mais tranquilo, não eram previsíveis as perseguições que, décadas depois e durante dois séculos, iriam assolar os seus descendentes e, por isso, não haveria vantagem em retirar da vila e da família um moço de oito anos e levá-lo para o estrangeiro. Ora, a atribuição ao ano de 1495 do nascimento de João Cidade não é destituída de incerteza, por não estar documentada e se basear na contagem inversa dos seus anos de vida a partir da data da sua morte, 1550, com 55 anos, como afirmou Francisco de Castro, seu primeiro e mais credível biógrafo[27]. Giuseppe Magliozzi realça a existência de contradições na cronologia estabelecida por Castro para a vida do santo, uma das quais é a afirmação de ter ele entrado em Granada em 1538, com 46 anos, o que daria 1492 como ano de nascimento e não 1495. Por outro lado, o seu capelão terá afirmado que ele deu entrada nessa cidade em 1537[28], o que faria recuar ainda mais um ano aquela data e a saída de Montemor, com oito anos, para 1499. Com tantas incertezas sobre o ano de nascimento pode-se admitir que o mesmo tenha ocorrido ainda antes, por hipótese em 1489, o que faria coincidir a fuga da vila com o ano de 1497, o de mais forte perseguição aos judeus. Penso que, neste caso, a hipótese da origem judia de João Cidade e da sua fuga de Montemor por esse facto teria grandes possibilidades de corresponder à realidade.

[25] ANTÓNIO ALBERTO BANHA DE ANDRADE, *S. João de Deus na sua terra natal*, p. 10; Pedro Sameiro, " A família de S. João de Deus", *Almansor*, nº. 13 (1ª. Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1995-96, p. 90.

[26] *Idem*, p. 10.

[27] AIRES GAMEIRO O.H., *Ob. cit*., p. 376.

[28] Idem, p. 376; GIUSEPPE MAGLIOZZI, O.H.," Os Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus nos serviços de saúde dos exércitos e armadas europeias" (comunicação ao XVI Colóquio de História Militar, realizado em Lisboa, no Palácio da Independência, em Novembro de 2006); agradeço ao historiador Dr. Moutinho Borges a obtenção deste texto ainda inédito; GIUSEPPE MAGLIOZZI, O.H., " Quando nacque San Giovanni di Dio", *Vita Ospedaliera*, a. XLIX (1994), nº.7-8, p. 6-7 e nº. 9, p. 4-5; agradeço ao seu Autor o envio, de Manila (Filipinas), de cópias destes dois artigos, bem como os comentários com que me quis honrar sobre a questão das três siglas de João Cidade.

Talvez a continuação das investigações sobre a sua vida venha a confirmar essa interessante tentativa de explicação.

Outra poderia ser a de rapto, com os fins mais variados e inconfessáveis. Mas nesse caso, porque não foram, quanto se sabe, accionados os processos legais para a localização do rapaz, dado que existiam tratados entre Portugal e Castela com vista à recuperação de roubos e extradição de criminosos[29] ? Nas fugas de escravos para o reino vizinho, por exemplo, a justiça funcionava com bastante eficiência na sua localização, prisão e envio aos respectivos donos[30]. Aparentemente os pais resignaram-se, compungidos, à perda do filho.

Aproveito a ocasião de escrever sobre S. João de Deus para acrescentar mais dois aspectos relacionados com a sua vida e personalidade. Uma é o nome que veio a adoptar, de *João de Deus*. Embora não fosse dos mais vulgares, era já usado em Portugal e em Montemor-o-Novo. Em 1396 os herdeiros de um *João de Deus* eram possuidores de um olival no lugar de Abadinho, dos arredores da vila[31]. E também em Lisboa, em 1565, existia uma *Travessa de João de Deus*, na freguesia de S. Gião, em plena baixa da cidade, sem dúvida por aí ter vivido alguém assim chamado[32]. Como pode existir a tendência para se pensar que a difusão desse nome se deveu exclusivamente ao culto do santo, não deixa de ter algum interesse saber que tal não aconteceu, pois ele já existia antes e deve ter-se continuado a difundir depois, por via familiar, independentemente desse culto.

O outro aspecto é a assinatura com que S. João de Deus subscrevia toscamente as suas cartas – um Y, seguido de um aparentemente enigmático sinal (interpretado como um F) e, no fim, um pequeno o - sobre que já foram propostas várias e, por vezes e a meu ver, fantasiosas explicações[33]. Parece-me claro tratar-se da abreviatura de João (Yº), muito vulgar em Portugal nos séculos XV e XVI[34], separada por uma cruz com um asterisco, na haste superior, voltado para a direita. Este sinal era comum nas escrituras notariais quinhentistas,

[29] HUMBERTO BAQUERO MORENO, " Alguns acordos de extradição entre Portugal e Castela nos séculos XIII a XV", *Portugaliae Historica*, v. I, Lisboa, 1973.
[30] JORGE FONSECA, *Escravos no sul de Portugal. Séculos XVI-XVII*, Lisboa, Vulgata, 2002, p. 138-149.
[31] MANUEL J. C. BRANCO, " Subsídios documentais para a história de Montemor (Século XIV), *Almansor*, nº. 5 (2ª. Série), Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 2006, p. 261.
[32] *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei nosso señor o ano de 1565*, Lisboa, Câmara Municipal, 1947, p. 287.
[33] PLUMED MORENO CALIXTO O.H., "De nuevo las tres letras de Juan de Dios", *Archivo Hospitalario*, nº. 2, Madrid, Fundación Juan Ciudad, 2004, p. 275-291; GIUSEPPE MAGLIOZZI O.H., *"Lo firmo con queste mie tre lettere"*, Roma, Biblioteca Ospedaliera, 1996.
[34] EDUARDO BORGES NUNES, *Abreviaturas paleográficas portuguesas*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1981, p. 116.

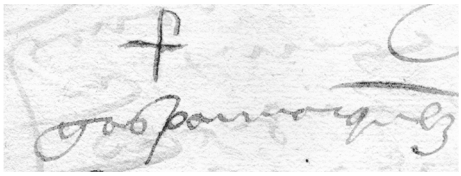
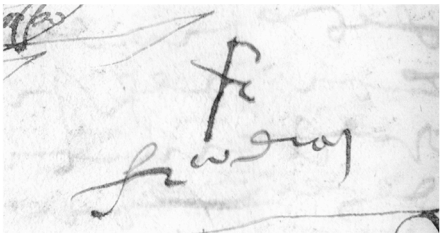
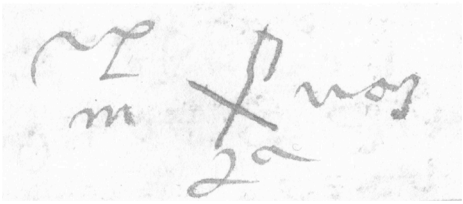
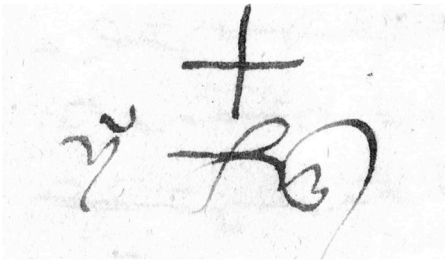
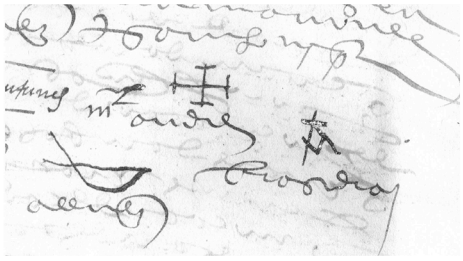
como assinatura *de cruz*, da parte de quem não sabia escrever, quando pretendia subscrever um documento com valor legal. Também se usava o asterisco voltado para a esquerda, mas aquele era mais comum, por ser mais fácil traçá-lo com a mão direita. Outras formas eram a cruz com as hastes fechadas com um traço, a cruz suástica, duas cruzes sobrepostas, etc. O notário escrevia, depois, junto à cruz, o nome do seu autor, para a identificar.

Os exemplos que se mostram e que incluem o famoso e, quanto a nós, mal interpretado F, foram retirados de documentos notariais de Montemor-o-Novo do século XVI, existentes no respectivo Arquivo Histórico Municipal. Mostram-se igualmente outras formas de assinaturas "*de cruz*", às quais foi acrescentado, pelo notário que redigiu as escrituras, os nomes dos indivíduos a que correspondiam. Uma dessas indicações mostra a abreviatura de um João (Yº) Fernandes (frz), autor de uma cruz simples como assinatura[35]. Essas formas de assinar não eram exclusivas de Montemor e S. João de Deus pode ter aprendido essa sigla em qualquer local dos muitos por onde passou, nomeadamente em Ceuta, onde trabalhou como pedreiro e pode tê-la usado como marca identificativa nessa actividade – hipótese que me foi sugerida recentemente pelo historiador Dr. Moutinho Borges. Mas podia tê-la já aprendido na sua vila natal, pois até aos oito anos teve tempo de o fazer, mesmo em casa, com os pais.

Claro que no caso da assinatura de S. João de Deus não se tratava de uma assinatura *de cruz*, mas de uma verdadeira assinatura, formada pela abreviatura do seu primeiro nome, que ele aprendeu a desenhar. A mesma era formada pelas duas letras com que se costumava abreviar o nome João (Yº) – sendo o O mais pequeno, como sucedia quando era sinal de abreviatura - intercaladas pela cruz com asterisco, tão vulgar. O uso de cruzes ou outros sinais como elementos integrantes de verdadeiras assinaturas era muito comum, até nos reis. Os soberanos portugueses contemporâneos de João Cidade subscreviam os documentos oficiais com as palavras *el Rey* ou, simplesmente *Rey*, seguidas de cinco pontos formando uma cruz[36]. Também o autor do *Esmeraldo De Situ orbis*, Duarte Pacheco Pereira, a usava, como se vê numa carta que enviou ao feitor de S. Jorge da Mina, em 1520[37], tal como o Cardeal-infante D. Afonso[38] e o poeta António Ferreira[39]. Por

[35] ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO, 1 K1, f. 55 v. e 65, 1 K 2, f. 56 v., 61 e 44 (2ª. numeração) e 1 K 3, f. 173 v.
[36] AVELINO DE JESUS DA COSTA, *Álbum de paleografia e diplomática portuguesas*, v. I, Coimbra, Universidade, 1983, fig. 138.
[37] *Idem*, fig. 179.
[38] *Idem*, fig. 180.

maioria de razão a adoptaria João Cidade, que decidira dedicar a sua vida ao serviço de Deus e dos mais desfavorecidos pela sorte.

[39] *Idem*, fig. 205.

Archivo Hospitalario 2007 (5): 221-234
ISSN: 1697-5413